

***A música no Brasil, de Guilherme de Mello:*  
subsídios para uma edição crítica**

**Gustavo Frosi Benetti<sup>1</sup>**  
UFBA/PPGMUS  
SIMPOM: *Musicologia*  
gustavo.benetti@outlook.com

**Resumo:** O livro de Guilherme de Mello, *A música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República*, publicado em 1908, é considerado o primeiro do gênero entre os pesquisadores da musicologia brasileira. Vem servindo como referência para outras obras, mas também é criticado pelos métodos e argumentos apresentados. Contudo, não havia estudo detalhado sobre o livro e seu autor. Pretende-se, através deste artigo, mostrar os resultados obtidos com a pesquisa de doutorado intitulada *Guilherme de Mello revisitado: uma análise da obra 'A música no Brasil'*, defendida no ano de 2015 pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia e, fornecer subsídios documentais e analíticos para o possível estabelecimento de uma nova edição do livro. A referida pesquisa de doutorado foi realizada com o intuito de analisar o livro, confrontando-o com os vetores históricos, sociais, políticos e culturais em convergência, para o estabelecimento de uma edição crítica. Trata-se de investigação musicológica interdisciplinar, de caráter qualitativo, utilizando-se de métodos da ciência da informação, da história e da crítica textual. Como procedimentos, utilizou-se pesquisa bibliográfica e arquivística, com documentação proveniente de instituições relevantes no contexto da obra. A partir da análise das fontes documentais foi possível obter informações não encontradas na bibliografia da área, proporcionando um estudo biográfico inédito sobre Guilherme de Mello. Realizou-se, a partir de métodos da crítica textual aplicados à musicologia, um estudo detalhado do livro, seguido de uma proposta de edição crítica.

**Palavras-chave:** História da música brasileira; Guilherme de Mello; Bibliografia.

**Guilherme de Mello's *A música no Brasil*: Resources for a Critical Edition**

**Abstract:** Guilherme de Mello's book, *A música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República* (1908), is considered the first of its kind among researchers of Brazilian musicology. While serving as an important reference, it has also been criticized for the methods and arguments employed. To date, no detailed study of the book or its author exists. I intend with this paper to show the results of the doctoral dissertation *Guilherme de Mello revisitado: uma análise da obra 'A música no Brasil'*, finished in 2015 in the *Programa de Pós-Graduação em Música* of the *Universidade Federal da Bahia* and also

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil e orientado pelo Dr. Pablo Sotuyo Blanco.

provide documental and analytical resources for a future publication of a new edition of the book. The aim of the doctoral research is to analyze the book with respect to historical, social, political, and cultural convergent vectors to develop a critical edition. This interdisciplinary musicological research is qualitative, using methods of Information Science, History and Textual Criticism. Procedurally, I used bibliographic and archival research with documentation gathered from relevant institutions. During this research, I uncovered evidence previously unreported by literature in this area. Analysis of documentary sources contained herein provide an unprecedented biographical study of Guilherme de Mello. By applying methods of Textual Criticism to Musicology, the present research provides a detailed critical edition of de Mello's book.

**Keywords:** History of Brazilian Music; Guilherme de Mello; Bibliography.

## 1. A obra e o autor

*A musica no Brasil: desde os tempos coloniaes até o primeiro decenio da Republica* (MELLO, 1908) é considerado o primeiro livro do gênero entre os pesquisadores da musicologia brasileira. Foi publicado no ano de 1908, na cidade de Salvador, Bahia. Desde então, vem servindo como referência para obras afins, sendo citado pela maioria dos autores que se ocuparam do tema. Além da 1ª edição, sabe-se da existência de outras duas, uma de 1922 e outra póstuma, de 1947. Na 2ª edição (MELLO, 1922), o texto está inserido como capítulo do *Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil*, obra comemorativa do centenário da independência do Brasil, publicada no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional sob responsabilidade do filólogo Ramiz Galvão. A 3ª edição (MELLO, 1947), também publicada pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro, foi prefaciada pelo musicólogo Luiz Heitor Corrêa de Azevedo.

O autor, Guilherme Theodoro Pereira de Mello, nasceu em Salvador no ano de 1867 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1932. *A musica no Brasil* é a sua única obra conhecida, visto que atualmente não há informações acerca de outras. Guilherme de Mello, como é conhecido, consiste em um nome pouco lembrado pela musicologia nacional. Na bibliografia da área há escassas informações relativas à biografia do autor, geralmente exposta em algumas linhas nos dicionários e enciclopédias de música.

O livro de Mello costuma ser visto com certo desprezo. Nos textos críticos, a obra tende a ser considerada provinciana, sem critérios claros de periodização, além de apresentar discussões irrelevantes, inatuais e descontextualizadas. O autor costuma ser apontado pela falta de academicismo, por emitir argumentos contraditórios e de pouco embasamento, por ocupar-se de temas de relevância questionável no contexto nacional e, ainda, pela parcialidade

nos julgamentos de valor. O objetivo deste artigo, considerando estes apontamentos, é fornecer subsídios para uma edição crítica do livro de Mello, um dos resultados obtidos através da pesquisa de doutorado *Guilherme de Mello revisitado: uma análise da obra 'A musica no Brasil'*, defendida em 2015.

Mas, por que razão pretende-se publicar uma obra antiga, considerada em desuso e desatualizada em relação às mais recentes? A resposta: apesar das recorrentes críticas ao livro de Mello, a influência para as obras posteriores não é desprezível. *A musica no Brasil* foi um modelo para muitos dos livros mais difundidos nas décadas seguintes à publicação, basta observar a *Storia della musica nel Brasile* (CERNICCHIARO, 1926), a *História da música brasileira* (ALMEIDA, 1942), além das obras de Luiz Heitor – *A música brasileira e seus fundamentos* (AZEVEDO, L., 1948), *Música e músicos do Brasil* (AZEVEDO, L., 1950) e *150 anos de música no Brasil* (AZEVEDO, L., 1956). A influência ainda se estende às obras mais recentes, todavia, de forma menos direta. A maioria dos autores, em algum momento, valeu-se de informações contidas na obra de Mello, ou então, discordou de algum daqueles argumentos, citando o autor de uma forma ou de outra.

Como não havia estudo detalhado sobre o livro e seu autor, o que contribui para conferir originalidade à proposta, a referida pesquisa de doutorado buscou preencher uma lacuna na musicologia histórica brasileira, através da observação das ideias de Guilherme de Mello e do contexto da obra *A musica no Brasil*. A pesquisa apresenta caráter qualitativo e consiste em uma investigação musicológica interdisciplinar, utilizando-se de métodos da ciência da informação, da história e da crítica textual. Para a realização, fez-se necessária pesquisa arquivística e pesquisa histórica, utilizando-se de documentação proveniente de instituições relevantes no contexto da obra, principalmente as localizadas em Salvador.

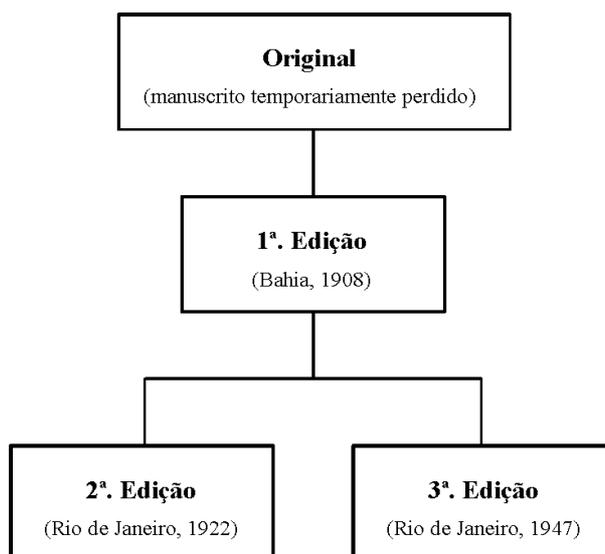
## **2. Análise das edições**

Para a análise do texto utilizou-se metodologia da crítica textual, a partir dos textos de Spaggiari e Perugi (2004), Azevedo Filho (2004) e Spina (1977). Os autores indicam uma série de procedimentos que abrangem desde a coleta do material existente sobre uma obra até o estabelecimento de um texto crítico. Tais etapas denominam-se recensão, colação, estemática, correção e apresentação do texto crítico. Todavia, mesmo com um aparato metodológico definido, Azevedo Filho (2004, p. 23) ressalta que “não existe nenhum método de crítica textual que se possa aplicar a todos os autores, pois cada edição apresenta os seus problemas particulares”.

Na recensão, operação inicial para o estabelecimento de um texto crítico, procede-se com a pesquisa e a coleta da maior quantidade possível do material existente de uma obra. Essa etapa foi realizada no ano de 2012, pela qual tivemos acesso às três edições publicadas do livro, de 1908, 1922 e 1947. Os manuscritos da obra não foram encontrados para esta pesquisa, portanto, o trabalho foi realizado com base nas edições indicadas.

A partir dos exemplares obtidos realizou-se a colação, que de acordo com Azevedo Filho (2004, p. 50), “consiste na análise comparativa de todos os manuscritos ou obras impressas”. Para esse confronto de todos os exemplares coletados, seleciona-se um deles como referência, o exemplar de colação. Spina (1977, p. 92) alerta que “a escolha deste exemplar de referência não deve ser aleatória: geralmente se elege o manuscrito mais completo, ou o que se considera como bom; no caso de livro impresso, a última edição ou uma boa edição da obra”. O processo de colação foi concluído no mês de abril de 2013. Utilizou-se como exemplar de colação a primeira edição (MELLO, 1908). Apesar de ser a mais antiga, é a que o autor provavelmente esteve mais próximo do processo editorial. A segunda edição (MELLO, 1922) também consiste em material relevante, pois apresenta algumas alterações substanciais, como supressões e substituições de texto. Não se encontraram indícios sobre qual foi a interferência de Mello no processo editorial, de responsabilidade de uma comissão presidida pelo filólogo Ramiz Galvão. A terceira edição (MELLO, 1947), prefaciada por Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, baseia-se essencialmente na primeira. Realizou-se editoração diplomática digital das três edições, dispondo-as em formato de tabela com três colunas, sendo uma coluna para cada edição. Cada linha da tabela corresponde a um parágrafo.

A colação dos exemplares possibilitou a observação das relações genealógicas entre as edições e o texto original – mesmo que este não esteja disponível, ou seja, de qual exemplar deriva determinada edição. A partir dessas relações realizaram-se os procedimentos de classificação e organização dos exemplares. Esta tarefa foi representada pelo estema (gráfico 1), que de acordo com Azevedo Filho (2004, p. 53), consiste na “representação em árvore genealógica com a raiz para cima, das relações de derivação e de conexão encontradas entre um texto original e suas cópias”.



**Gráfico 1: Estema**  
**Fonte: Elaboração do autor.**

Depois de comparados os exemplares e estabelecidas as relações genealógicas entre eles, passou-se ao estabelecimento do texto para a edição crítica. Para tanto, realizou-se a correção dos erros linguísticos e tipográficos evidentes, como troca de letras, erros de concordância etc., sem interferir no sentido do texto. Spina alerta para que todas as correções propostas sejam fundamentadas, justificando a correção e “[...] explicando os motivos que levaram o copista à prática do erro” (1977, p. 109). Spaggiari e Perugi (2004, p. 192) recomendam que as correções sejam indicadas em notas de rodapé, sem intervenções no corpo do texto. Ainda, foi realizada uma adaptação à ortografia atual no corpo do texto, respeitando as formas linguísticas da época conforme orientação de Azevedo Filho (2004, p. 75). Nas notas de rodapé manteve-se a grafia original, inclusive a dos nomes dos autores. No corpo do texto, buscou-se manter a grafia dos nomes próprios, todavia alguns foram atualizados para como são conhecidos hoje. Realizou-se um trabalho minucioso de identificação das fontes utilizadas por Mello, sempre indicadas no aparato crítico através das notas de rodapé.

A etapa final da crítica textual consistiu na apresentação do texto crítico, na qual, segundo Azevedo Filho (2004, p. 72) “o editor deve fornecer ao leitor todos os elementos históricos e metodológicos relacionados com o autor, com a época e com a obra”. Além destes, foram incluídos na proposta de edição contida na tese as notas, os comentários e todos os elementos adicionais para o entendimento contextualizado do texto. Ressalta-se aqui a análise do texto “Preliminar” (MELLO, 1908, p. 5-7), breve e de caráter introdutório, mas necessário para o entendimento da obra como um todo. Nesses nove parágrafos que

antecedem o primeiro capítulo Mello expressou algumas ideologias, tendências científicas e correntes filosóficas do seu tempo, como determinismo biológico e geográfico, evolucionismo social, positivismo e racismo. O conteúdo da seção, nas três edições, é o mesmo. Não há supressões nem acréscimos.

Para Mello, o “sentimento da música” é algo diversificado, depende da “[...] constituição psychica do indivíduo, bem como da idiosyncrasia da raça a que pertence” (MELLO, 1908, p. 5). Portanto, assume que o “sentimento da música” não é universal e que esta se processa de diferentes formas, de acordo com as variáveis apresentadas. Conclui então que “o estudo d’este sentimento é, pois, filiado ao das raças dos povos, de que é inseparavel” (MELLO, 1908, p. 5). O autor, partindo deste pressuposto “racial”, étnico, constrói seu discurso sobre a música sempre considerando essas relações. Esse aporte ideológico apresenta raízes na figura de Silvio Romero, nome representativo de uma geração de intelectuais ligados à Faculdade de Direito do Recife. De Romero, Mello utilizou, entre outras obras, os *Cantos populares do Brasil* (ROMERO, 1897). O livro não vai além de uma compilação de cantos de caráter folclórico – trata-se de edição que somente expõe os cantos em sequência, sem uma discussão sobre a temática proposta – exceto pela introdução da segunda edição, de 1897, na qual o autor justifica o texto a partir de seus argumentos recorrentes sobre raça, evolução, civilização e a formação de um tipo brasileiro europeizado. Esse debate em torno da raça e da formação da identidade do brasileiro perpassa o discurso de Mello e é explícito desde os primeiros parágrafos da obra. Por outro lado, Guilherme também utiliza constantemente o termo “povo”, certamente percebendo que há elementos culturais nesse “sentimento da música”, mas, apesar desses elementos, o argumento étnico predomina no discurso.

Mello manifestou a intenção de identificar “a pedra fundamental da arte musical” no país. Para isso, afirmou que “[...] basta consultarem-se suas lendas e a influencia dos povos que contribuíram para a constituição de sua nacionalidade” (MELLO, 1908, p. 5). Novamente manifesta-se de certa forma o elemento cultural no discurso, de forma não declarada. A partir dessa concepção, o autor aponta três gêneros da “música popular brasileira”, a modinha, o lundu e a tirana, que seriam resultado da “[...] fusão do elemento indigena com o portuguez, o africano e o hespanhol [...]” (MELLO, 1908, p. 6). Além dos “povos” já citados, também se refere ao holandês, mas este, por ser um “povo aventureiro” em nada teria contribuído na música do país, segundo o autor. O termo “popular” utilizado por Guilherme pode ser bem entendido como a música de um determinado povo, sem notadamente apresentar-se a simplista dicotomia popular / erudito. Mello não faz essa distinção e seu discurso se

desenvolve pela via da música brasileira, não separando em folclórica, de concerto, ou qualquer outra categoria. Esses gêneros aparecem no texto, mas sem hierarquias, como parte do contexto. O termo música popular, se ainda hoje é vago, deve ser analisado com cautela também em *A música no Brasil*. Sobre esse tema, Paulo Castagna também argumentou em favor de Mello, afirmando que “[...] nenhum autor até o momento ousou propor uma abordagem conjunta, depois dos livros de Guilherme de Mello e Renato Almeida, que davam atenção à música erudita e ao folclore musical” (CASTAGNA, 2008, p. 47).

Mello afirmou que procurou “[...] achar as leis ethnicas que presidiram á formação do genio, do espirito e do character do povo brasileiro e de sua musica [...]” (1908, p. 6). Para isto, baseou-se principalmente nas obras de Romero, as quais refletem a ideologia positivista de Auguste Comte e os preceitos do evolucionismo social de Herbert Spencer. “Progresso” e “civilização” são ideias marcantes daquele contexto. Mello acabou reproduzindo a ideia de Spencer, via Romero, de que o homem “selvagem”, “primitivo”, passando por um processo evolutivo vai se tornando “civilizado” (SPENCER, 2002, p. 30). Para Romero, todas essas teorias – positivismo, darwinismo, evolucionismo social – dialogam entre si, numa “junção harmônica” e são “[...] sem duvida alguma, as mais fecundas que [o] seculo [XIX] viu surgir” (ROMERO, 1878, p. 185).

O Brasil do final do século XIX, em profundas mudanças sociais com o fim da escravidão, precisava justificar a hierarquia das “raças” e seus diferentes critérios de cidadania. Para isso as teorias evolucionistas se adequavam. No entanto, a miscigenação era vista como um fator de degeneração e, sem uma justificativa plausível para tal, seria impossível a formação de um ideal de unidade nacional. Foi a partir desse paradoxo, com uma espécie de ajuste nas teorias europeias, que se deu a valorização do tipo brasileiro miscigenado. Esse tema se apresenta de alguma forma nas obras do período, especialmente em Romero e aparece quase como uma necessidade para justificar a miscigenação no Brasil. Na obra de Mello, fica evidente: “[...] o povo portuguez sob a influencia do clima americano e em contacto com o indio e o africano se transformou, constituindo o mestiço ou o brasileiro propriamente dito” (1908, p. 6). A frase ilustra o pensamento de Mello, mas também o espírito da época: teorias raciais, determinismo geográfico e biológico, predomínio do europeu sobre o nativo e o africano e, numa fusão de tudo isso, a mestiçagem como questão identitária nacional. Mello quis embasar seu discurso nas teorias vigentes para justificar como essa mestiçagem se manifestou em música produzindo uma suposta sonoridade identificada com o “povo” brasileiro.

## Considerações

A partir da análise dos documentos e da escassa bibliografia encontrada, constatou-se que a atuação mais significativa de Guilherme Theodoro Pereira de Mello foi como professor de música e como estudioso da história da música. Foi possível mapear alguma atividade no âmbito da composição, todavia, menos expressiva do que a primeira. Mello, o professor, atuou durante décadas na cidade de Salvador em instituições públicas e no ensino privado. Como pesquisador, reuniu uma coleção de partituras importante para o estudo da modinha brasileira, além de ter coletado uma série de temas folclóricos, religiosos e manifestações musicais diversas. Muitos desses temas não foram localizados na bibliografia anterior à publicação de seu livro, o que sugere que tenham sido publicados originalmente em *A musica no Brasil: desde os tempos coloniaes até o primeiro decenio da Republica* (MELLO, 1908).

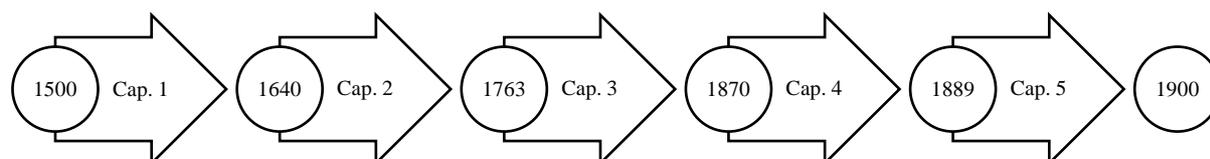
O livro de Mello é o precursor dos estudos histórico-musicais no Brasil. Foi o primeiro, serviu como modelo para a musicologia brasileira até pelo menos a década de 1950 e segue, em certa medida, sendo consultado e discutido até os dias atuais. Apesar de por vezes ser visto com certo receio pela crítica, trata-se de obra indispensável ao estudo da história da música brasileira, tanto por ser a primeira quanto por trazer informações exclusivas. Portanto, a publicação de uma nova edição consistirá em um meio para que o livro de Mello possa ser inserido nas bibliografias básicas dos cursos de música do país. A obra traz contribuições relevantes, principalmente no que diz respeito ao folclore musical brasileiro e ao contexto musical baiano do século XIX e, por isso, não pode ser esquecida.

O estudo crítico e comparativo das três edições da obra *A musica no Brasil* (MELLO, 1908, 1922, 1947) forneceu subsídios para compreender o livro de forma contextualizada. A respeito dos argumentos proferidos pela crítica à obra, pode-se comprovar que alguns são procedentes, outros não. O autor Guilherme de Mello, assim como apontado por alguns autores, de fato transita durante toda a obra por argumentos contraditórios, geralmente ligados à concepção determinista claramente expressa. Questões como clima, geografia e classe social foram apontados por Mello, direta ou indiretamente, como fatores determinantes para a formação dos gêneros nacionais de música. As teorias étnico-evolucionistas também entram no discurso de Mello de forma determinante. Por um lado, o europeu é visto como superior, do qual as matrizes musicais são predominantes na formação de uma música brasileira; por outro, os negros e os nativos são referidos como selvagens, aborígenes, seres não-civilizados, cuja música reflete essas características, mas que, para o

autor, também teriam contribuído para a formação da música do país. Mello não deixa de considerar os últimos, mas há uma hierarquia evidente. A falta de academicismo apontada pela crítica também pode ser verificada objetivamente, visto que Mello construiu o texto utilizando-se de longas citações, nem sempre identificadas, entre outros fatores. No texto de Mello há ainda, efetivamente, muitos julgamentos de valor, denotando um posicionamento por vezes excessivamente particularizado. Estas críticas, portanto, são procedentes.

No entanto, há outras críticas menos fundamentadas e questionáveis, como no caso das discussões inatuais ou dos temas de pouca relevância no contexto nacional. Quando Mello discorreu acerca da música na Bahia, proporcionou um material inédito produzido por alguém que experienciou aquelas situações. Evidentemente há intrigas e julgamentos pessoais, mas há muitas informações, não obtidas a partir de outras obras, mas pela própria atuação de Guilherme de Mello naquele contexto. Analisar uma obra de mais de cem anos com o olhar de hoje, sem procurar relativizar e compreender aquele comportamento, pode configurar um julgamento inadequado da obra. Esse tem sido um posicionamento recorrente entre os críticos.

Uma das questões mais veementemente criticadas em *A música no Brasil* consiste na falta de critérios quanto à periodização e estruturação da obra. Percebe-se que a análise sumária dos títulos dá a falsa impressão de incoerência nos critérios, ora étnicos, ora estéticos, ora políticos. Mas a leitura do texto completo é esclarecedora: há coerência interna entre os critérios, baseados em eventos políticos. No capítulo 1 há inferências a tempos remotos, na música dos nativos, mas como critério de periodização Guilherme de Mello demarca o início com a chegada dos portugueses ao Brasil, considerando o ano de 1500 e o estabelecimento de registros escritos. O evento limite entre os capítulos 1 e 2 é o final da Dinastia Filipina, 1640. Entre os capítulos 2 e 3, o evento que delimita é a transferência da capital para o Rio de Janeiro, no ano de 1763. Entre os capítulos 3 e 4, o evento é o fim da Guerra do Paraguai, ano de 1870. Entre os capítulos 4 e 5, a transição é marcada pela Proclamação da República, em 1889. A discussão proposta na obra encerra-se no ano de 1900. A seguir, no gráfico 2, visualiza-se a estrutura cronológica linear proposta por Guilherme de Mello:



**Gráfico 2 – Delimitação cronológica dos capítulos de *A música no Brasil***  
 Fonte: Elaboração do autor.

Portanto, Mello baseou-se em períodos relacionados à política para estruturar a obra. Se os critérios foram eficientes, trata-se de outro tema que pode ser discutido futuramente. Quanto à hipótese acerca do título, Mello efetivamente defende a existência de uma música brasileira e não trata simplesmente da música no Brasil. Uma análise possível, considerando a ideia “evolutiva” da obra, seria observar que o autor parte de uma “música no Brasil”, através das “influências” diversas, para gradativamente moldar uma intenção de “música brasileira”. Essa concepção sobre a música, “a arte ingênita dos brasileiros” (MELLO, 1908, p. 129), tão “mestiçada” quanto o povo que a produziu, evidentemente reflete a discussão daquele período em torno de uma identidade nacional.

Guilherme de Mello, homem daquele tempo, construiu um discurso baseado em teorias e ideologias ainda vigentes e aceitáveis no contexto brasileiro do início do século XX. Sua visão determinista em relação às etnias, à condição econômica, à situação geográfica e à genialidade inata de alguns seres humanos não embasava apenas o seu discurso, mas o discurso de uma época. Se hoje tais argumentos já não fazem mais sentido, na época faziam.

## Referências

- ALMEIDA, Renato. *História da música brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1942.
- AZEVEDO, Luiz Heitor Corrêa de. *150 anos de música no Brasil (1800-1950)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- \_\_\_\_\_. *A música brasileira e seus fundamentos; Brief history of music in Brazil*. Washington D. C.: Pan American Union, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Música e músicos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1950.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Base teórica de crítica textual*. 2. ed. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.
- CASTAGNA, Paulo. Avanços e perspectivas na musicologia histórica brasileira. *Revista do Conservatório de Música da UFPel*, Pelotas, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RCM/article/view/2431>>. Acesso em: 13 mar. 2013.
- CERNICCHIARO, Vincenzo. *Storia della musica nel Brasile: dai tempi coloniali sino ai nostri giorni (1549-1925)*. Milano: Fratelli Riccioni, 1926.
- MELLO, Guilherme Theodoro Pereira de. *A musica no Brasil: desde os tempos coloniaes até o primeiro decenio da Republica*. Bahia: Typographia de S. Joaquim, 1908.
- \_\_\_\_\_. *A musica no Brasil*. [2a. ed.]. In: GALVÃO, B. F. Ramiz (Org.). *Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 1621-1674.

———. *A música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República*. 2. ed. [3. ed.]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

ROMERO, Sylvio. *A philosophia no Brasil: ensaio critico*. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1878.

———. *Cantos populares do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1897.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPENCER, Herbert. *Do progresso: sua lei e sua causa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939;

[S.l.]: eBooks Brasil, 2002. Disponível em:

<<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/progresso.html>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.